

Ata da sessão extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de janeiro de 2026

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pelo seu Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026 -----

2º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2026 -----

3º. Ponto – Proposta de Contratação de eventuais empréstimos a curto prazo para 2026 -----

4º. Ponto – Proposta de autorização prévia para Compromissos Plurianuais para 2026

5º. Ponto – Proposta de Delegação de Competências do Município de Montemor-o-Novo no Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo – Ano 2026 -----

6º. Ponto – Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 3º. Grau – Composição dos Júris -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

António Joaquim da Silva Danado, Alice Isabel Pinto Nunes Gomes, André Filipe Saloio Banha, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Edgar Manuel Curto Carriço, Elisabete Cristina Cebola Martins, Helena Maria Badalinho Pires Barrenho em substituição de Ana Cristina dos Santos Silva, Henrique José Leocádio Lopes, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Hugo Miguel Gatinho da Ponte, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Caetano da Veiga, João Filipe Brito e Cunha Maricoto Monteiro, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, Maria de Fátima Nogueira Breia, Maria Joana Peniche Gingão, Marisa Ferro Alves em substituição de Vitor Manuel Pinto Carapetudo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nélcio Henrique Minhoca Pinetra em substituição de Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Vaqueirinho Bilro, Pedro Miguel Brito Ramos, Rui Fernando Benavente Páscoa, Ricardo Santos Galvão em substituição de Vicente Manuel Gião Roque, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Tiago Manuel Pasadas Nunes, Vasco Manuel Braga Picaró. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara, Carlos Pinto de Sá, as Senhoras Vereadoras Ana Mémé e Paula Martins e os Senhores Vereadores Francisco Martins, António Xavier, Gonçalo Simões e Olímpio Galvão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que dava de seguida a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer pedido. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que ia dar início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026 -----

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção apresentando as condolências pelo falecimento de António Chainho. De seguida destacou que as Opções do Plano e Orçamento Municipal, são os principais documentos de gestão do município, com uma legislação própria, que o executivo está obrigado a seguir. A elaboração do documento iniciou-se logo após o início das funções do novo Executivo, não sendo possível concluir a proposta até ao mês de dezembro porque, por um lado, as eleições realizaram-se duas ou três semanas mais tarde do que habitual e, por outro lado, porque o executivo da CDU pretendia uma participação ativa das forças políticas, dos dirigentes, dos trabalhadores do município, das Juntas de Freguesia e de outras propostas de instituições ou de cidadãos. Frisou que a proposta apresenta como tema central para a atividade municipal do município durante o ano 2026, o 50º aniversário da Constituição da República Portuguesa. A Constituição da República Portuguesa, principal documento fundador da nossa democracia, que resultou da Revolução de Abril de 1974, formalizou uma progressão civilizacional muito significativa, nomeadamente quanto aos direitos, liberdades e garantias. Apesar de ter sido já alvo de sete revisões, ao longo do tempo, manteve aquilo que são as suas características originais. Esclareceu ainda que a presente proposta, para melhor transparência, inclui um documento que não está previsto na lei, que é o Plano de Ações Imateriais que lista de forma estruturada os programas e ações a concretizar que não são investimento, bem como o relatório de apresentação e fundamentação. No documento é feita uma abordagem sintética da situação económica e social, destacando-se a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional para garantir o desenvolvimento do Alentejo e de Montemor. -----

Estas Opções do Plano e Orçamento procuram, apesar de todas as dificuldades e incertezas, garantir uma atividade municipal diversificada, quer de cariz estrutural, quer conjuntural, apelando e motivando a participação de todos. Com a cooperação de todos, no respeito pela autonomia e pela diversidade de cada um e das instituições, conseguirão ultrapassar-se os impactos negativos suscitados pela evolução económica internacional, pelo agravamento das guerras, bem como outras dificuldades da conjuntura política e económica nacional e contribuir todos juntos para um futuro melhor para Montemor. Continuando a sua intervenção disse que, as Opções do Plano baseiam-se numa estratégia integrada de desenvolvimento, integrada e diferenciada, que aponta ao desenvolvimento do Concelho com cinco eixos estratégicos distintos. --- Quanto ao primeiro eixo, com enfoque no desenvolvimento da economia local sustentável com a criação de emprego e de investimento; o segundo eixo virado para a área social, solidariedade, igualdade e justiça social, o terceiro eixo virado para as questões ambientais, a preservação do ambiente, a paisagem alentejana e também a sustentabilidade que é necessária, o eixo quatro relacionado com as questões de ordem cultural e o último eixo que tem a ver com o incentivo à participação popular e também às questões de proximidade e do serviço público. Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara salientou que a economia local apresenta três estrangulamentos, não apenas dependentes do município, mas também de outros



fatores. Em primeiro lugar, a necessidade de novas áreas de acolhimento económico para as empresas, uma vez que se verifica a necessidade de ter novos terrenos para instalar empresas e isso carece de identificar e formalizar novas áreas de expansão económica, quer na cidade, quer nas freguesias e, se necessário, incluí-las no Plano de Diretor Municipal. -----

Um segundo aspeto de estrangulamento, tem a ver com a escassez de trabalhadores qualificados e mesmo de outros trabalhadores, que decorre do envelhecimento da população portuguesa e da redução consequente da população ativa. O terceiro aspeto, é respeitante aos problemas de acesso à habitação, em particular para os trabalhadores que se querem instalar no Concelho, sendo, para isso, lançado um desafio ao Governo de poder criar em conjunto um projeto piloto de casas de função para trabalhadores e técnicos que se queiram instalar no Concelho. -----

Destacou ainda outras ações propostas, como a criação de um fórum económico aberto para promover a cooperação entre todos e para a consensualização de medidas concretas para o desenvolvimento da economia local, a defesa e o apoio à pecuária extensiva e a produções compatíveis com o montado e com o uso racional da água, o investimento na melhoria de infraestruturas para onde será destinada toda a receita da derrama, a definição de novas zonas empresariais, a promoção de produtos, bens e serviços locais, a aposta num turismo sustentável e outras medidas de apoio à economia local. O Senhor Presidente destacou também como prioridade o acesso à habitação, a preservação do ambiente e da sustentabilidade. Enalteceu que a crise da habitação que afeta Montemor é extensível à região, ao país, à Europa e resulta, na nossa opinião, de um processo de especulação imobiliária a nível internacional que leva a que os preços da habitação em Portugal estejam em, pelo menos, 36 % acima do seu valor real. Na sua opinião e sendo um problema estrutural do país, exige políticas nacionais corajosas, o controle da especulação e dos preços e ainda o investimento público em habitação acessível e o apoio ao investimento cooperativo e privado de custos acessíveis e a disponibilização de financiamentos aos municípios. Havendo esse financiamento, o município de Montemor propõe-se utilizá-lo, potenciando um maior investimento. As ações, neste âmbito, apontam para uma revisitação da estratégia local de habitação, para a recuperação da habitação municipal para fins sociais e de oferta de habitação acessível, para a elaboração dos projetos necessários para novas habitações, novos loteamentos e reabilitação de habitações municipais. A disponibilização de lotes municipais a baixo custo para autoconstrução, a criação de novos loteamentos municipais, quer na cidade, quer nas freguesias, parcerias com cooperativas, empresas e outras instituições que apresentem disponibilidade para colaborar. Também o apoio à reabilitação privada para habitação acessível e a ações demonstrativas de intervenção em prédios abandonados e em ruínas, alterações ao PDM se forem necessárias para novos terrenos, para habitação acessível. Acresce ainda como prioridade, para o município, a preservação ambiental com base no desenvolvimento sustentável, intensificando a salvaguarda do ambiente nos instrumentos de planeamento e gestão, em vigor. A defesa do montado e da paisagem alentejana são essenciais, na sua opinião, ao desenvolvimento de Montemor, incluindo o plano para a adaptação e mitigação das alterações climáticas e também para o projeto de eficiência energética. Prosseguindo a sua intervenção, referiu ser

fundamental a posse e gestão públicas da água, do saneamento, da recolha e do tratamento dos resíduos. Neste âmbito, o município irá exigir o avanço dos investimentos, há muitos anos prometidos, mas não concretizados, da empresa Águas Públicas do Alentejo para a criação de um novo sistema de abastecimento de água à cidade, mas também à Maia, ao Reguengo e Santiago do Escoural, a partir da Barragem dos Minutos. Destacou ainda outros investimentos em diversos sistemas existentes, como é o caso de Foros de Vale de Figueira e Casa Branca, a nova ETAR de Santiago do Escoural e a reabilitação/ construção da ETAR em Cortiçadas de Lavre. -----
A limpeza e higiene públicas são igualmente prioridades que passam pela adequação dos serviços e dos cidadãos às novas vigências da União Europeia, através da cooperação com a empresa Gesamb. -----

Será necessário um plano que defina prioridades para intervir e requalificar a rede viária municipal, quer nos arruamentos urbanos, pavimentando ruas em falta, por exemplo, como Silveiras ou Ciborro, quer em estradas municipais, como Cabrela - Landeira à Landeira. Não será possível, para já, intervir em reparações de caminhos, no entanto logo que melhorem as condições atmosféricas, serão intervencionados, por forma a minorar os danos causados. Outra prioridade, definida no eixo 2, diz respeito à solidariedade, igualdade e justiça social. Os casos de pobreza têm vindo a crescer com o processo inflacionista, com os baixos salários, com as reformas e prestações sociais indignas. Considera, essencial, a defesa do Serviço Nacional de Saúde, com ênfase na sua qualidade, a valorização dos seus profissionais e na acessibilidade a todos. Assim sendo, o Senhor Presidente da Câmara salientou que o município irá implementar uma política social proactiva para minimizar problemas sociais, procurará defender direitos sociais, cooperará com as entidades com as várias entidades para procurar soluções. O Município pretende reforçar o Programa Integrado de Apoio Social, Mor Solidário, que inclui apoios às IPSS, às associações de reformados, aos cidadãos carenciados e ainda a ação social escolar e a melhoria da habitação. Será também alvo de análise, o eixo 7, que teve pouca utilização e por isso carece de uma reavaliação sobre a sua utilização. -
Quanto ao eixo 4, onde se insere a área da cultura, mas também a educação, a formação, o desporto, a juventude, o município pretende reforçar o tecido e a atividade cultural e a sua visibilidade a nível nacional e internacional. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou sobre a pretensão de avançar com uma proposta para reflexão e discussão, no âmbito de um grande projeto estruturante e de desenvolvimento para a cidade, mas também para o concelho, centrado no castelo, também tendo por base o Convento da Saudação e que possa contemplar várias componentes. Seria um projeto a longo prazo, para vários mandatos, com o objetivo de ser um contributo ativo para o processo de desenvolvimento. Destacou ainda outras ações importantes a concretizar como a renovação de projetos culturais emblemáticos que temos no município, como por exemplo a Biblioteca Municipal, a Oficina da Criança, ou o Cineteatro Curvo Semedo. -----

No âmbito da Capital Europeia da Cultura, em Évora, evidenciou a participação com um programa próprio de Montemor-o-Novo, mobilizando agentes culturais, associações, mas mobilizando outros sectores da sociedade para uma participação ativa na Capital Europeia da Cultura, nomeadamente no conceito do "Vagar", aprovado pelo Júri Internacional, que aprovou a candidatura de Évora. -----

Nesta área é de grande importância olhar o património edificado, procurar formas da sua reabilitação, temos muito património e com muitos problemas, como é o caso do Castelo ou do Convento da Saudação. Na área da educação, este executivo defende uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, que passa pela atualização por uma atualização da carta educativa, pelo exercício das competências municipais, quer as competências próprias, quer as que foram transferidas da administração central para o município, a cooperação com o Agrupamento de Escolas e a manutenção das escolas nas freguesias rurais. -----

Na área do desporto propôs alargar a democratização da prática desportiva e da atividade física, dando particular atenção à juventude. Na política desportiva, priorizar a importância do aumento da participação dos clubes, das associações, quer ao nível do seu funcionamento, quer ao nível da melhoria das instalações. A nível da juventude falou sobre a elaboração de um Plano Municipal para a Juventude, para atender às necessidades dos jovens, com a participação ativa dos jovens, salientando a importância da renovação do Centro Juvenil, por ter um papel central na dinamização das atividades para a juventude. -----

O último eixo, o eixo 5, trata das questões da participação popular, da proximidade e do serviço público. O executivo pretende reforçar a democracia participativa, a gestão transparente e a modernização da Câmara Municipal. Destacou algumas ações previstas, concretamente o lançamento do programa Montemor Participa, que introduza novas formas de participação dos cidadãos nas decisões municipais, o funcionamento ativo e renovado dos Conselhos e das Comissões Municipais. -----

Referiu ainda a modernização da Câmara com o reforço da cultura de serviço público, a valorização dos seus trabalhadores, utilizando todos os instrumentos disponíveis, como é o caso do Acordo Coletivo de Entidades de Empregadora Pública, a mobilidade intercarreiras ou a opção gestionária. É ainda proposta a criação de um Gabinete de Apoio ao Trabalhador e também um Programa de Qualificação das Instalações Municipais, uma vez que algumas delas se encontram bastante degradadas. Reforçar o relacionamento com as juntas de freguesia e com o movimento associativo. Destacou ainda a necessidade do reforço da proteção civil, com particular atenção aos bombeiros voluntários, mas também para a área da segurança e da cooperação com as forças de segurança pública, em particular com a GNR. -----

Quanto ao Orçamento Municipal, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que do ano 2025 para 2026, passam em compromissos assumidos, mas ainda não executados, 6 milhões de euros, bem como um saldo de gerência de 5 milhões de euros. Este valor só será introduzido no orçamento, no mês de abril, quando se proceder, de acordo com a lei, à introdução do saldo de gerência, através de uma revisão orçamental. Realçou a importância de manter o equilíbrio financeiro do município e caminhar para a obtenção de resultados económicos positivos, uma vez que temos resultados negativos, bem como aumentar a capacidade de investimento, admitindo a possibilidade de contrair empréstimos para investimento de médio e longo prazo. O Orçamento de Estado para 2026, permite que se use apenas 40 % da capacidade de investimento dos municípios, à exceção dos projetos financiados pela União Europeia, em que a comparticipação nacional pode ser financiada a 100%. Relativamente ao Orçamento Municipal para 2026 o Senhor Presidente informou que o mesmo apresenta um valor global de 33,9 milhões de euros e reflete o desafio económico e a

necessidade de rigor na sua execução. Prevê-se também o valor de 28,5 milhões de euros em receitas correntes e 5 milhões de euros em receitas de capital, sem contabilizar ainda o saldo orçamental e o investimento da Administração Direta da Câmara de cerca de 6,7 milhões de euros. Continuando a sua intervenção destacou alguns dos principais investimentos a realizar. Para a elaboração de projetos externos estão previstos entre 400 a 500 mil euros, para além daqueles a elaborar internamente, porque são necessários projetos para fazer obras e candidaturas. No respeitante à economia local, salientou o investimento, na Zona Industrial da Adua, de cerca de 450 mil euros e de 300 mil euros no Parque de Exposições. Falou ainda da necessidade de rever o projeto da Startup da cidade, uma vez que o valor desse projeto quase duplicou, sem, no entanto, perder o foco da importância da sua concretização. Existe ainda o projeto para instalar uma área de autocaravanismo na cidade, mas sem excluir a possibilidade de encontrar áreas para instalação nas freguesias rurais. Estão também previstos investimentos na ordem dos 300 mil euros nas instalações municipais e de um milhão de euros em equipamentos municipais. Assim sendo, está prevista a compra de uma motoniveladora para intervir nos caminhos rurais e uma outra máquina para reparação de pavimentos asfaltados, denominada de Patcher, a qual foi encomendada ainda no anterior mandato. Para além disso, também uma nova viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos, uma carrinha para transportes escolares, para o serviço de águas e para a proteção civil. Na rede viária está previsto um investimento, na ordem dos 835 mil euros, podendo vir a ser alargado. Outros investimentos a destacar, nas escolas, mais de 680 mil euros, nos parques infantis, mais de 100 mil euros, na área das águas e saneamento, em baixa, um valor na ordem dos 150 mil euros. Este orçamento propõe uma maior transparência, na forma como será executado, constante das normas para a execução, incluídas no próprio documento. Em suma, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que as Opções do Plano e Orçamento procuram ter em conta a conjuntura económica que se atravessa, procurando dar resposta aos principais problemas do concelho, articulando as propostas oriundas de diversas forças políticas que se dispuseram a negociar e a contribuir para o documento. No respeito pela diferença, as Opções do Plano e Orçamento irão contribuir para minorar a situação social e económica do concelho, concretizando significativos investimentos públicos municipais, contribuindo para outros investimentos públicos e privados, dinamizando programas e ações em diversas áreas e setores, dando um contributo para promover e prestigiar Montemor com o objetivo de assegurar uma maior qualidade de vida a quem vive e trabalha no concelho, bem como garantir o desenvolvimento sustentado do concelho. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Ana Mémé a qual salientou que a elaboração das Grandes Opções do Plano das freguesias resultou de um processo de diálogo e cooperação com todos os Presidentes de Junta, que contribuíram de forma determinante para a identificação das necessidades e apresentação de propostas ajustadas à realidade de cada uma das freguesias. O processo foi conduzido com base em critérios claros e equitativos, por parte da Câmara com todas as Juntas, nomeadamente no respeito ao aumento das transferências, delegação de competências e contratos interadministrativos, em conformidade com o acréscimo de financiamento recebido do Estado. Registou ainda o acolhimento de parte significativa das propostas apresentadas por todas as Juntas e

manifestou um agradecimento a todos os Presidentes de Junta pela colaboração demonstrada. Prosseguindo no uso da palavra e no que respeita aos serviços urbanos, a Senhora Vereadora frisou que as propostas se centram no reforço da limpeza urbana, na manutenção dos espaços públicos, na melhoria da eficiência da recolha de resíduos, na gestão dos espaços verdes e na modernização dos serviços, promovendo uma atuação mais célere, eficaz e próxima dos munícipes. Relativamente aos cemitérios, informou que estão previstas melhorias no cemitério de São Francisco, a reabertura do cemitério da Courela da Pedreira e também o início do funcionamento do crematório. Frisou que a higiene e limpeza urbana constituem uma prioridade, implicando um reforço da intervenção municipal, sem prejuízo da responsabilidade que deve ser partilhada por todos. Este trabalho assenta na estreita cooperação existente entre as juntas de freguesia, entidades, instituições e a GESAMB, refletindo um compromisso responsável com o ambiente, a eficiência e a modernização dos serviços municipais, sempre com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos montemorenses. Relativamente ao Gabinete de Empreendedorismo Juvenil, a Senhora Vereadora Ana Mémé esclareceu que o mesmo atua como elo de ligação entre os jovens apreendedores e instituições públicas, nomeadamente o Agrupamento de Escolas e parceiros estratégicos, contribuindo para uma geração de oportunidades, o fortalecimento da autonomia juvenil e o desenvolvimento socioeconómico sustentável. Finalizou apresentando um reconhecimento à Unidade de Contabilidade e Gestão Financeira pelo trabalho rigoroso, empenhado e profissional desenvolvido no acompanhamento da elaboração e concretização do documento. -----

Na área social, interveio seguidamente o Senhor Vereador Francisco Martins, esclarecendo que o executivo propõe reforçar os apoios sociais, através de instrumentos municipais, como o Programa Mor Solidário, Estratégia Local de Habitação, o Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade ou a Ação Social Escolar. O município de Montemor assume como uma das suas principais prioridades o combate as desigualdades e reforçar as respostas sociais. Na área da saúde, pretende-se garantir o acesso a todos os cidadãos, independentemente dos seus rendimentos ou local de residência. Destacou ainda o reforço dos postos médicos das freguesias, melhorando as condições de acesso aos cuidados de saúde primários e o relacionamento com o Centro de Saúde e com a ULS em relação à transferência de competências na área da saúde. -----

Na área da educação, o Senhor Vereador Francisco Martins salientou que o executivo pretende agir para uma melhor educação pública, defendendo e qualificando o sistema público de ensino, reforçando a manutenção e qualificação dos edifícios escolares e dos equipamentos escolares, dando prioridade à requalificação da EB nº 1 de Montemor-o-Novo. Para além disso pretende manter o funcionamento das escolas nas freguesias rurais, trabalhando em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, no âmbito da transferência de competências. -----

Relativamente à área do desporto, destacou a importância de garantir a prática desportiva e a atividade física a todos os cidadãos, como componente imprescindível à vivência social e uma vida saudável, envolvendo os agentes desportivos concelhios. Enalteceu o apoio à formação e iniciação desportiva, ao desporto federado e aos eventos desportivos que promovam Montemor. Referiu de seguida que o município irá

reforçar os apoios financeiros a associações desportivas para o desenvolvimento das suas atividades, o apoio a candidaturas e à sua concretização com apoios financeiros e investimentos na melhoria das infraestruturas desportivas do concelho. -----

Quanto à área da juventude, a ação municipal estará presente em diversas opções programáticas, nomeadamente na atividade desportiva, cultural, económica, ambiental e naturalmente educativa. Está ainda prevista a elaboração de um Plano Municipal da Juventude, que perspetive a implementação de uma nova política para e com a juventude. Em relação à rede viária, está prevista a elaboração de um programa de qualificação da rede viária, a aquisição de novos equipamentos e o reforço das equipas. Será definido um plano de intervenção nos caminhos rurais municipais e na rede viária de estradas municipais e arruamentos. O Senhor Vereador Francisco Martins finalizou a sua intervenção referindo que no que respeita ao saneamento básico, o executivo considera prioritário continuar a defesa da propriedade e gestão públicas da água e do saneamento com intervenção ativa no sistema de parceria pública das Águas Públicas do Alentejo, na defesa dos interesses coletivos de Montemor. Pronunciou-se de seguida a Senhora Vereadora Paula Martins dizendo que, enquanto vereadora com responsabilidades executivas em vários pelouros, a sua intervenção centra-se em garantir que este documento responda a problemas reais do território, com impacto direto na qualidade de vida das pessoas, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento do concelho, continuando o trabalho do anterior executivo. Na área do ambiente, considera que o Rio Almansor e as restantes linhas de água continuam a exigir uma resposta estruturada. Será fundamental assegurar a conservação ecológica, a limpeza regular, o restauro das margens e a valorização destes espaços através da criação de percursos pedestres de um parque ecológico de um centro interpretativo. Importa ainda dar continuidade ao Projeto River, que é o plano de restauro e valorização da rede hidrográfica, que não pode depender de ciclos políticos. Destacou ainda a necessidade de se avançar com a classificação dos afloramentos migmatitos do Almançor como monumento natural local, protegendo um património natural único no concelho. Ao nível da mobilidade e acessibilidades, Montemor -Novo enfrenta problemas que se arrastam há demasiado tempo. Considera ser urgente encontrar, em articulação com o Governo, uma solução economicamente viável que retire o trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias, do centro da cidade. Paralelamente, importa elaborar um plano de gestão integrado de tráfego, de segurança, de pavimentação e de sinalização. -----

No turismo, a Senhora Vereadora Paula Martins, é da opinião que a aposta deve passar por afirmar uma identidade clara e diferenciadora de Montemor-o-Novo, ancorada no seu património histórico, natural e cultural. Destacou ainda que o castelo deveria ser assumido como marca do concelho, através da dinamização de eventos de dimensão nacional e internacional, associados às datas históricas ali ocorridas, consolidando iniciativas como a Feira Medieval, que terá lugar este ano, nos dias 12, 13 e 14 de junho. Não pode ser apenas um cenário, deverá ser um motor ativo da dinamização cultural e económica, considerando prioritária a melhoria do acolhimento com a criação de um quiosque na receção aos seus visitantes. Será dada continuação à divulgação do site de visita de Montemor-o-Novo, tema central da participação do Município na BTL no próximo mês de fevereiro. Informação ainda que, também em fevereiro, o posto de turismo vai ter uma nova imagem, resultado de uma aposta clara

na modernização do espaço. Mantendo o compromisso de melhorar a relação com os agentes, cujo papel é crucial na dinamização do turismo, assim como valorizar o património, destacando a Gruta do Escoural, os percursos pedestres em todas as freguesias e a travessia da Estrada Nacional 2. Continuando no uso da palavra e no que respeita à Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Projetos Municipais, sublinhou que planeamento sem execução não serve o território. É por isso fundamental concluir os projetos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, quer ao nível de serviços, quer ao nível da regeneração urbana, o ponto de partida para a criação da melhoria da rede viária, do espaço público e, consequentemente, na dinamização do comércio local e desenvolvimento da qualidade de vida dos nossos munícipes. -----

No domínio da habitação, o projeto de loteamento municipal junto às piscinas cobertas será determinante para poder disponibilizar uma oferta expressiva ao nível da habitação económica, tal como os projetos de loteamento para oferta de habitação municipal nas freguesias, também em desenvolvimento. No domínio da educação, destacou um importante projeto para a requalificação da Escola EB 2,3 São João de Deus, que irá constituir um investimento muito significativo. -----

No âmbito da gestão urbanística, considera igualmente prioritário o reforço dos quadros técnicos, de forma a garantir uma resposta mais célere e eficaz aos processos urbanísticos. A insuficiência de recursos humanos qualificados tem impacto direto nos tempos de resposta aos munícipes, com consequências reais na vida económica e pessoal de cada município. É indispensável ainda o reforço da fiscalização urbanística, assegurando o cumprimento das regras, a equidade entre cidadãos e a credibilidade da ação municipal. Finalizou a sua intervenção afirmando que, no Serviço Municipal de Veterinária, importa continuar o trabalho desenvolvido e garantir meios adequados para o cumprimento das competências municipais, como a aquisição de uma máquina de anestesia veterinária e a disponibilização de uma viatura para o transporte de animais, nomeadamente cães e gatos, garantindo intervenções atempadas e em condições de dignidade e segurança. -----

Sobre o assunto em discussão, tomou a palavra o eleito Henrique Lopes salientando que o documento é um espelho daquilo que a CDU combateu há um ano atrás. Na sua opinião, a análise de um orçamento municipal e da sua execução deve ser feita com memória, coerência e responsabilidade política. Relembrou que no ano transato, os eleitos da CDU, votaram contra o Orçamento Municipal de 2025, alegando a falta de estratégia, a ausência de prioridades e também a incapacidade de execução por parte do executivo e funções. Ao analisar o documento em discussão, percebe-se que uma parte muito significativa daquilo que está a ser executado resulta diretamente do planeamento, projetos, candidaturas e procedimentos iniciados no mandato anterior, o mesmo que foi rejeitado pelos eleitos da CDU. Acrescentou que foram iniciadas neste mandato, mas preparadas no mandato anterior, obras como a requalificação de extensão de saúde em Cortiçadas de Lavre, a construção das instalações sanitárias para mobilidade reduzida na Escola Básica 2,3 de S. João de Deus, as requalificações de extensões de saúde de Santiago de Escoural e de Cabrela, bem como a reabilitação de uma habitação municipal na Rua da Estação. Destacou ainda a requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre, a ampliação e adaptação do edifício municipal para o crematório, a implementação de medidas de eficiência energética nas

Piscinas Cobertas, assim como a substituição das infraestruturas elétricas no Parque de Exposições, Mercados e Feiras. Salientou que o Partido Socialista não tem qualquer dificuldade em reconhecer a importância da continuidade administrativa e da concretização do trabalho iniciado, pelo contrário, considera isso saudável do ponto de vista para o concelho e para os nossos cidadãos, não podendo deixar de assinalar a incoerência política de quem rejeitou o orçamento e agora capitaliza a sua execução. -- Continuando a sua intervenção questionou se o executivo pretende dar continuidade à elaboração da agenda cultural. Perguntou ainda se irá avançar a criação do Conselho Municipal de Cultura e Arte. -----



Pediu a palavra o eleito Joel Pedreirinho tendo afirmado que a bancada da AD reafirma que as Opções do Plano devem constituir um instrumento sério de planeamento financeiro e estratégico para o concelho. Da sua análise, considera que foi privilegiado um excesso e uma grande carga de referências de natureza ideológica e enquadramento do âmbito nacional e internacional, que se afastam, claramente, das competências e das necessidades concretas deste concelho. O documento deverá ser orientado para os montemorenses, com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida e melhorar as infraestruturas do nosso concelho. Na sua opinião, as opções do plano e do orçamento, são uma carta cheia de boas intenções que englobam todas as necessidades, grande parte delas transversais, a todas as forças e constantes e presentes em todos os programas de todas as forças políticas, contudo há uma falta de priorização e calendarização das mesmas. No entendimento dos eleitos da AD, o desenvolvimento económico, a habitação e a política fiscal são mencionados com um carácter genérico e deviam merecer maior concretização e priorização. Solicitou que, em documentos futuros, a nota explicativa venha anexada, porque facilita a apreciação e fiscalização por parte da Assembleia. Relativamente ao desenvolvimento económico, frisou que apesar de ser definido no documento como uma prioridade, não compreende qual a estratégia definida. Concretamente no que respeita à zona industrial da Adua, questionamos o que é que está previsto para 2026, que investimentos ou opções concretas estão planeadas e que estratégia tem o município para este ano para atrair investimento, criar emprego e fixar as empresas. -----

Quanto à temática da habitação, considera que o concelho necessita de habitação para fixar a população e de empresas e desenvolvimento económico para as pessoas trabalharem, sem uma não se consegue desenvolver a outra. Nesta matéria, o executivo limita-se a gerir a escassez e a anunciar as intenções de planeamento e projetos que deveriam já ter soluções e avanços concretos. Como exemplos referiu a construção de um novo bairro com cem fogos na Rua da Janelinha, a revisão imediata do PDM para ampliar o perímetro urbano e as zonas de urbanização e uma intervenção em edifícios públicos devolutos para a criação de habitação acessível. Assim sendo, questionou o executivo sobre quais as medidas concretas para combater a crise habitacional para este mandato e especificamente para 2026, quais as ações imediatas previstas e quantos fogos municipais pretendem construir ou iniciar o processo de construção já em 2026. -----

Relativamente à cultura, salientou que 2026 vai ser o ano determinante de preparação para a capital europeia da cultura, em 2027. Acrescentou que da análise da proposta não foi possível concluir sobre qual o investimento previsto, esta área da cultura e turismo, mas direcionado especificamente para esta iniciativa. Para além disso,

perguntou ainda quais são os projetos estruturantes para os quatro anos de mandato. Relativamente ao Rio Almansor, apesar de ser é uma preocupação assumida pela CDU, o documento apresenta apenas inscrita uma verba de 5 mil euros, o que na sua opinião será manifestamente insuficiente para dar resposta à dimensão deste problema, nomeadamente a nível do saneamento básico e da despoluição e requalificação do rio. -----

No que diz respeito ao Museu de São João Deus, trata-se de um tema que já vinha do executivo anterior, que estava contemplado também no programa da CDU, no entanto neste orçamento não existe qualquer referência ao Museu de São João Deus, tendo já o município um edifício indicado para a sua instalação. Questionou então quais as ações previstas relativamente ao Museu de São João Deus. -----

Continuando no uso da palavra salientou que outro problema urgente que existe no concelho são as estradas, caminhos e arruamentos. O anterior executivo afirmou que iria ser adquirida uma Patcher e na anterior intervenção do Senhor Presidente da Câmara voltou a ser referida, mas também anunciou a compra de uma motoniveladora. Recordou o facto de cada vez haver maior escassez de mão de obra especializada e que atendendo a isso talvez fosse mais acertado pensar na subcontratação. O eleito questionou seguidamente quais as obras ou quais os arruamentos com intervenções já planeadas para 2026 e quais as freguesias e zonas abrangidas. -----

Ainda no uso da palavra apresentou ao executivo uma proposta de constituição de 3 grupos de trabalho distintos, um para cada tema, de natureza técnica e sem qualquer conotação política ou partidária, que permitam colocar de lado as divergências ideológicas e promover um trabalho conjunto de reflexão, planeamento e construção de soluções sustentáveis. E os temas seriam a requalificação do castelo e da sua envolvente, incluindo naturalmente o Convento da Saudação enquanto património identitário, cultural e turístico estruturante para o concelho, outro tema seria o desvio do trânsito pesado na Avenida Gago Coutinho, um problema antigo e recorrente, transversal as todas as forças partidárias, ao nível da segurança rodoviária, da qualidade de vida da nossa população e da própria estrutura urbana, cuja resolução exige soluções articuladas com o governo e o outro tema seria a despoluição e valorização do Rio Almançor, através de um plano integrado, faseado e sustentado no tempo, que vá muito além das verbas atualmente inscritas no orçamento e que permita uma verdadeira recuperação ambiental e paisagística. -----

Terminou a sua intervenção afirmando que a bancada da AD entende que este Orçamento necessitaria de uma maior clareza, evidenciando de forma suficientemente concreta quais as prioridades para este ano e para os anos seguintes. Continuarão a apresentar proatividade positiva, espírito crítico e sentido construtivo, sempre com respeito institucional, mas firmes na defesa dos Interesses do concelho e dos munícipes. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, Augusto Pascoal interveio de seguida afirmando que as opções do plano e orçamento, do seu ponto de vista, focam de forma construtiva o desenvolvimento do concelho e o reforço da confiança, equilibrando o investimento estratégico com o sentido humanista que as decisões políticas devem ter. Salientou que ao analisar o documento ficou apreensivo com o valor inscrito para o caso de haver necessidade de substituição integral da ETAR.

Página 11 de 19

Os fregueses são confrontados com este problema de saúde pública há seis anos, porque no anterior mandato também nada foi feito. Reforçou que no caso de a substituição ser a única possibilidade serão necessários entre 400 a 500 mil euros. -----
Relatou ainda uma situação complexa na Rua Manuel do Moinho, em que uma conduta que está a passar por baixo da estrada, se encontra completamente entupida com areia, desde há muitos anos e com as recentes chuvadas já provocou inundações nas habitações. Referiu ainda que as estradas municipais na área da freguesia também necessitam de intervenção urgente, questionando o executivo sobre quais as intervenções previstas, para o mandato. -----

Voltando a usar da palavra, o Senhor Presidente da Câmara destacou as afirmações do eleito pela AD que será fundamental rever o Plano de Diretor Municipal para arranjar mais terrenos para habitação, no entanto, lembrou que a legislação já permite ir buscar terrenos para habitação a preço acessível sem alterar o PDM. Será analisada, em cada freguesia a situação existente para posterior decisão. -----

Referiu ainda que no Alentejo e em Montemor existem problemas estruturais gravíssimos, destacando o caso das alterações climáticas, com implicações, por exemplo, no território no montado da paisagem alentejana. Muitas questões têm que ser salvaguardadas e têm que passar para a ordem do dia, não apenas a nível local e regional, mas para a ordem do dia em termos nacionais, porque são problemas que têm impacto nacional. -----

O Senhor Presidente da Câmara continuando a sua intervenção afirmou que a proposta do Castelo é uma proposta a ser analisada, por todos e que deve ser algo em que se deve procurar consensualizar e chegar a acordo. Relativamente a outras questões colocadas e concretamente à proposta dos eleitos da AD para a criação de grupos de trabalho para três áreas distintas, disse que, em parte, concorda, porque é preciso o apoio do governo, porque as câmaras sozinhas não conseguem resolver. -----
Frisou ainda que a posição, da CDU, relativamente aos governos tem sido clara, que é criticar tudo aquilo que penalizar Montemor, as propostas que implicarem fatores negativos para a população de Montemor, mas também colaborar em todas as ações que possam contribuir para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo. A CDU está disponível para trabalhar com todos em projetos para melhorar Montemor. Acrescentou que, uma vez que se está a iniciar este mandato, pretende juntar todas as forças políticas, para dar resposta aos problemas de Montemor. -----

Relativamente ao bairro a construir, com um total de cem fogos, terá de haver projeto para o mesmo. Atendendo a que qualquer projeto demora cerca de 3 ou 4 meses a fazer, posteriormente tem de ser preparado o concurso e lançado. Por tudo isso dificilmente a obra terá início em 2026. Estas informações têm de ser dadas aos munícipes, de forma honesta, clara e séria. Esclareceu ainda que o executivo está disponível para comprar habitações de privados que queiram vender a preços que correspondam àquilo que é determinado, como a renda acessível ou a custo acessível. Para além disso, está também disponível para fazer parcerias com privados para loteamentos, de várias formas. Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente informou sobre a disponibilidade da Câmara para apoiar também na reabilitação de habitações. Será apresentada, por parte do executivo, uma proposta ao Governo relativamente à questão de habitação para trabalhadores que se quiserem instalar no município. No que respeita à poluição do Rio Almansor, o Senhor Presidente frisou que é uma

questão que muito preocupa este executivo. As grandes causas dessa poluição são, em primeiro lugar, o problema do saneamento da ZIA, mas também as diversas pecuárias que ali descarregam. Assim, tem de atuar junto destas pecuárias, mas também tem de haver pressão junto das Águas Públicas do Alentejo para a resolução destas questões. Relativamente à questão da rede viária e de acordo com o levantamento realizado as intervenções totalizam o investimento rondará cerca de dez milhões de euros. Não existe a possibilidade de num ano, nem em dois anos fazer um investimento desta monta. Assim sendo, já se iniciou uma intervenção, de emergência, nos locais que ficarão mais afetados. Numa 2ª fase, decorrerão as restantes intervenções, num investimento a rondar os 850 mil euros. -----

Sobre as questões relacionadas com o Centro Interpretativo de São João Deus, o Senhor Presidente esclareceu que está a ser elaborado ainda o seu projeto. A Galeria Municipal é um dos principais projetos que foi tomado por uma Câmara há muitos anos, sendo mesmo uma das primeiras Galerias Municipais do país. -----

Disse ainda que as questões relacionadas com as várias ETAR's do concelho têm de ainda alvo de análise pelos serviços para ser depois tomada uma decisão. -----

Pedi a palavra o eleito João Veiga afirmando que ainda está a digerir o resultado das eleições autárquicas. Afirmou que ao ouvir as afirmações do Senhor Presidente relativamente aos constrangimentos, no âmbito da contratação pública, aos constrangimentos do mau tempo e o seu impacto na rede viária, entre outros, relembrou as intervenções, no anterior mandato, do Senhor Presidente Olímpio Galvão. Os constrangimentos serão sempre iguais, seja o PS, CDU, seja qualquer outra força política que esteja no executivo. Os eleitos pelo PS farão uma oposição mais compreensiva, mais assertiva, sabendo que existem inúmeros constrangimentos. Certamente todos queriam que junto à sua porta tivesse impecável, mas é de todo impossível dar resposta atempada a todos. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo, em defesa da honra, que os eleitos da CDU sempre reconheceram a grande dimensão do concelho e das dificuldades para dar resposta atempada a todas as situações. Assim, com a devida honestidade a CDU durante a campanha eleitoral nunca fez promessas que sabia não conseguir cumprir. A democracia funcionou e os montemorenses elegeram o Partido Socialista para governar o concelho nos últimos quatro anos. Enquanto Presidente da União de Freguesias sempre teve todo o respeito institucional perante o Senhor Presidente da Câmara, permitindo realizar trabalho em conjunto sempre que possível durante todo o anterior mandato. -----

Pedi a palavra o eleito Joel Pedreirinho afirmando que os eleitos pela AD estão aqui para fazer oposição, pretende baixar impostos, não subir impostos, nem votam a favor. Pretendem tratar o problema da habitação, não que seja prorrogado, porque querem o desenvolvimento económico para Montemor-o-Novo. -----

Na sequência da sua anterior intervenção referiu que se pode empurrar todas as responsabilidades ao Governo, porque se o castelo é dos montemorenses, tal como, a Avenida e o Rio, todos juntos têm de tratar deles. Ainda assim é necessária a comparticipação financeira, a desburocratização dos processos e o apoio técnico da parte do Governo, mas com processos liderados por todos, não apenas por uma força partidária. -----

Afirmou ainda que apesar da Rua de S. Domingos ter sido reparada recentemente, continua por reparar o troço entre o Porto das Lãs e o Reguengo. Ainda no uso da palavra, salientou que o problema grave da poluição do Rio Almançor está inteiramente relacionado com a Zona Industrial da Adua, com as descargas ilegais de pecuárias e com a subdimensão das estações elevatórias. Acresce ainda que não é possível tratar do rio e da sua requalificação sem parcerias com as Águas Publicas do Alentejo ou a Associação da Barragem dos Minutos. -----

O eleito disse ainda que, na sua opinião, deveria avançar-se com uma macro revisão do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de criar mais habitação quer em Lavre, Cortiçadas de Lavre, Silveiras e Cabrela, no âmbito da construção no novo aeroporto. Bem como a construção de caminhos ou arruamentos adequados. Continuando a sua intervenção, salientou que o futuro depende sempre da contratação e da subcontratação porque no público, infelizmente, não há salários que consigam dar resposta às nossas necessidades. -----

Interveio seguidamente o eleito Henrique Lopes mencionando que o anterior executivo já tinha pensado que o espaço atual da galeria Municipal poderia ser adaptado para o futuro Museu de S. João de Deus tendo em conta a narrativa e o facto de o S. João de Deus ter nascido perto. -----

Pediu a palavra o eleito João Monteiro para solicitar esclarecimentos no âmbito do ponto quarto da ordem de trabalhos, concretamente a proposta de autorização prévia para Compromissos Plurianuais para 2026. Na sua opinião e de acordo a legislação, esta autorização requer prévia aprovação, antes da votação da proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026. -----

Foi apresentado pelo eleito Joaquim Galvão, por parte da bancada do Partido Socialista, um requerimento verbal para uma alteração da ordem de trabalhos, concretamente: -----

1º. Ponto – Proposta de autorização prévia para Compromissos Plurianuais para 2026

2º. Ponto – Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026 -----

3º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2026 -----

4º. Ponto – Proposta de Contratação de eventuais Empréstimos a curto prazo para 2026 -----

5º. Ponto – Proposta de Delegação de Competências do Município de Montemor-o-Novo no Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo – Ano 2026 -----

6º. Ponto – Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 3º. Grau – Composição dos Júris -----

A pedido dos eleitos da bancada da CDU decorreu seguidamente uma interrupção, pelo período de cinco minutos, para análise do documento apresentado. Retomados os trabalhos, pediu a palavra o eleito António Fitas referindo que atendendo ao facto de que a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade, no início da sessão e que toda a documentação já foi discutida pelos eleitos da Câmara Municipal, não havendo qualquer objeção relativamente à mesma. Assim sendo, votarão contra o requerimento apresentado. -----

Não havendo outros pedidos de palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o requerimento a votação. -----

Deliberação: Aprovado com dezasseis votos favoráveis, dez votos dos eleitos pelo PS e pela AD, treze votos contra dos eleitos pela CDU e uma abstenção do eleito pelo Movimento Elevar Cortiçadas. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informando que se encontra encerrada a discussão da proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2026. De acordo a alteração aprovada à Ordem Trabalhos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o primeiro ponto - Proposta de autorização prévia para Compromissos Plurianuais para 2026. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a lei permite que a Assembleia Municipal possa decidir, por questões essencialmente de operacionalização do funcionamento do município, que haja uma alteração prévia para estes compromissos anuais para 2006. -----

Interveio o eleito João Monteiro afirmando que a Câmara poderá usar este montante, cerca de 500 mil euros, por ano, em três anos, para obras plurianuais. Questionou o executivo se a partir do momento em que este ponto seja aprovado, a Câmara passa a ter um poder potestativo, porque é uma autorização genérica prévia, para usar estas verbas sem dar conhecimento à Assembleia ou trará o tema à Assembleia, apesar da autorização prévia genérica. Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que estas verbas apenas serão utilizadas em caso de necessidade, mas que os assuntos serão sempre apresentados à Assembleia Municipal. -----

Não havendo outros pedidos de palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU(13); pelo PS(10) e pelo Movimento Elevar Cortiçadas e sete abstenções dos eleitos pela AD(6) e do eleito pelo CHEGA. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que iria colocar à votação o 2º. Ponto - Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026 -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU (13); pelo PS (10) e pelo Movimento Elevar Cortiçadas e sete abstenções dos eleitos pela AD (6) e do eleito pelo CHEGA. -----

O eleito João Veiga apresentou Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

"O Partido Socialista vota favoravelmente a proposta do Orçamento Municipal para 2026, por entender que os interesses do Conselho de Montemor -Novo devem prevalecer sobre lógicas de bloqueio político ou de oposição por princípio. Este voto favorável não significa concordância integral com as opções apresentadas, pelo contrário, o Partido Socialista identifica de forma serena e objetiva alguns constrangimentos para o Orçamento de 2026, desde logo a redução significativa da despesa de capital face a 2025 e consequente aumento do peso da despesa corrente, o que limita a ambição e a capacidade transformadora do investimento municipal. Acresce que se verifica uma forte dependência de financiamento externo e de candidaturas designadamente em áreas estruturantes, circunstância que traduz um grau relevante de incerteza quanto à efetiva concretização de investimentos anunciados e à sua calendarização ao longo do exercício orçamental. Em áreas críticas para o desenvolvimento do Conselho, como a qualificação da rede viária, a habitação,

Página 15 de 19

a mobilidade urbana ou a reabilitação do espaço público, o documento identifica necessidades e intenções, mas não hierarquiza de forma suficientemente clara as prioridades de intervenção, remetendo essa definição para momentos posteriores de execução. Sem prejuízo destas reservas, o Partido Socialista considera importante valorizar opções positivas constantes do orçamento para 2026, em particular nos domínios do turismo, do planeamento urbano e ambiental e planeamento e desenvolvimento de projetos municipais e da área veterinária, que, entre outras, assumem crescente relevância para a atratividade e sustentabilidade e a qualidade da vida no concelho. Regista-se positivamente o enfoque dado à valorização do território, à mobilidade urbana sustentável, à qualificação do espaço público e à dinamização do turismo enquanto fator de desenvolvimento económico e à continuidade de políticas de proteção ambiental e de saúde pública veterinária. Estes sextos, quando devidamente executados, podem contribuir para um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, sustentável e alinhado com as necessidades atuais e futuras de Montemor -Novo. Assinala-se igualmente que o Orçamento de 2026 mantém características estruturais comuns aos Orçamentos anteriores, designadamente a natureza provisional das opções, a integração de saldos e a dependência de fatores externos, aspetos que no passado recente foram invocados pela CDU como fundamento para o voto contra do Orçamento de 2025. Esta circunstância evidencia uma incoerência de discurso político que importa registar. Ainda assim, o Partido Socialista entende que o Conselho beneficia mais de estabilidade previsibilidade financeira e continuidade da ação municipal do que impasses ou rejeições sistemáticas. Por essa razão, opta por um voto responsável que viabiliza o orçamento sem abdicar do seu papel de fiscalização democrática. O Partido Socialista exigirá ao Executivo Municipal rigor na execução, definição clara de prioridades, transparência na utilização dos recursos públicos e prestação regular de contas, avaliando o orçamento não apenas pelas intenções inscritas, mas pelos resultados efetivamente alcançados. -----

É neste quadro de responsabilidade política e compromisso com Montemor -Novo que o Partido Socialista justifica o seu voto favorável no Orçamento Municipal para 2026.”

3º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2026 -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara clarificou que a presente proposta foi elaborada a partir do levantamento daquilo que os serviços consideram necessidade de pessoal para cada um dos serviços. Foi tido ainda em conta que, se aprovadas as opções do Plano de Orçamento, previsivelmente haverá uma reorganização de serviços a efetuar e a propor esta Assembleia durante o primeiro semestre deste ano, que depois terá também implicações no mapa pessoal. -----
A proposta não apresenta alterações nos números globais do pessoal, isto é, o número total mantém-se, havendo apenas cortes em postos de trabalho que não havia necessidade de manter. -----

Tomou a palavra o eleito Joaquim Galvão para se referir ao facto de o Mapa de Pessoal apresentar menos um técnico da Proteção Civil, apesar de estar a decorrer um concurso. Perguntou se este lugar desapareceu ou se é algum lapso no mapa. Manifestou a sua satisfação por ver que o mapa apresenta mais cinco técnicos superiores, mas por outro lado, irão desaparecer cinco operacionais. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que foi o Serviço de Proteção Civil que propõe essa alteração. Teve conhecimento recentemente do facto de que estava a decorrer um concurso sobre esta matéria, pelo que solicitou informação jurídica relativamente a esta situação e se o concurso não puder ser interrompido, decorrerá até ao fim, mas os responsáveis da Proteção Civil entendem que as características do técnico devem ser outras e não estas. -----

Quanto aos restantes postos de trabalho que foram cortados, eram postos de trabalho não ocupados e que se consideram desnecessários. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU (13); pelo PS (10) e pelo Movimento Elevar Cortiçadas e sete abstenções dos eleitos pela AD (6) e do eleito pelo CHEGA. -----

4º. Ponto – Proposta de Contratação de eventuais Empréstimos a curto prazo para 2026 -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que a presente proposta tem de ser obrigatoriamente colocada em discussão na sessão onde há a deliberação sobre as opções do Plano e Orçamento. O executivo não pretende utilizar esta possibilidade, apenas em caso de alguma urgência. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia colocou, de imediato, a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU (13); pelo PS (10) e pelo Movimento Elevar Cortiçadas e sete abstenções dos eleitos pela AD (6) e do eleito pelo CHEGA. -----

5º. Ponto – Proposta de Delegação de Competências do Município de Montemor-o-Novo no Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo – Ano 2026 -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que esta delegação de competências decorre da transferência de competências que existiu aqui há uns tempos atrás, do poder central para o município. Houve de facto esta transferência de competências, mas houve, na altura, uma centralização dos poderes do agrupamento no município, por isso o executivo entende que devem ser devolvidas estas competências ao agrupamento. Contudo, dizer que entendemos que esta proposta de delegação de competências deve ser aprofundada na sua discussão e análise, por essa razão, no início do ano, o Senhor Presidente irá desenvolver essa discussão com o Senhor Diretor do Agrupamento com o objetivo de encontrar um documento que as duas partes concordem e que corresponda às necessidades quer do município, quer do Agrupamento de Escolas. Propõe-se que, no imediato, seja aprovada uma delegação de competências semelhante e que depois seja aprofundada e alterada através da negociação entre o município e o agrupamento. -----

Solicitou a palavra o eleito Henrique Lopes referindo que concorda que o Senhor Presidente da Câmara se reúna com o Agrupamento, porque, na sua opinião, o orçamento é insuficiente para fazer face às necessidades em termos escolares, assim como o rácio do número de funcionários. Esclareceu ainda que, no decurso da passagem de pastas, terá defendido que os recursos humanos deveriam, na íntegra,

ficar sob a tutela do seu Diretor do Agrupamento. Disse ainda que importa ainda reforçar e realçar a missão educativa e até pedagógica do pessoal não docente. Finalizou a sua intervenção salientando que o pessoal não está afeto neste momento aos assistentes operacionais, passasse também para a alçada do seu diretor. Os eleitos pelo Partido Socialista votarão a favor naturalmente de uma escola pública cada vez melhor, mais próxima da comunidade, uma escola cada vez mais multicultural, por uma relação de proximidade, mas ficarão vigilantes. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, Augusto Pascoal destacou que um Presidente do Conselho Diretivo nas escolas públicas não era capaz de governar a escola se não tivesse a tutela integral da mesma. Era impossível. Os alunos têm o apoio dos auxiliares que desempenham um papel fundamentalíssimo, mas devem estar acompanhados, nomeadamente nas necessidades de formação contínua que eles têm e que não é feita. Não há quem se ocupe da formação contínua destes trabalhadores, que aprendem com eles próprios e com os alunos. -----

Voltando ao uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que as matérias em debate são a delegação de competências, estritamente no âmbito da transferência de competências da Administração Central para o Município, do envelope financeiro que o Governo transfere para o Município para poder gerir a escola e outras situações, mas também dos rácios de assistentes operacionais que o Governo tem determinados por lei, relativamente às escolas. A discussão será sobre estas questões. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, frisou que anteriormente o Governo não assegurava a formação, que a lei determina, para o conjunto de assistentes que tinha e outros que foram transferidos. Assim, também serão alvo de discussão estas matérias e, na sua opinião, haverá condições para poder negociar e chegar a um acordo que tenha o foco na melhoria da gestão da escola pública, isso é o fundamental. Por não haver mais pedidos para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. Não participou na discussão e votação o eleito João Veiga, por se encontrar impedido legalmente, nos termos do artigo 69.º do CPA. -----

Por serem zero horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, foi o Senhor Presidente da Assembleia que voltou a usar da palavra para solicitar autorização, por parte dos eleitos, para a continuação dos trabalhos. -----

6º. Ponto – Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 3º. Grau – Composição dos Júris -----

Quanto a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara destacou que foi feito um ponto de situação relativamente aos dirigentes do município, tendo sido constatada a necessidade de cumprir a lei relativamente à abertura de procedimentos concursais para um conjunto de dirigentes. Apresenta-se a referida proposta de composição dos júris para deliberação da Assembleia Municipal. -----

Não havendo pedidos para intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou seguidamente a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da

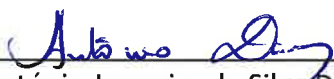
lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e cinco minutos do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis.-----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


António Joaquim da Silva Danado

A Assistente Técnica


Helena Bazilisa Rodrigues